

TST

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO
2018-2021



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

PLANO DE AUDITORIA DE LONGO PRAZO – 2018/2021

Aprovada revisão pelo ATO.SEAUD.GP Nº 513, de 17/12/2019, publicado no Boletim Interno de 19/12/2019.

EXERCÍCIO 2018

Unidade	Atividade a ser Desenvolvida
SEAUD	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria de Gestão do Processo de Contas Anual;• Auditoria na Gestão da Funpresp-Jud;• Auditoria nos Indicadores Estratégicos do TST e no Alcance de Metas Estratégicas;• Elaboração dos Planos de Auditoria;• Elaboração do Relatório Anual de Atividades; e• Apoio Técnico-Administrativo à Unidade de Controle Interno.
CAUPE	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria no Processo de Averbação do Tempo de Contribuição;• Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Adicional de Serviço Extraordinário;• Auditoria na Contabilização dos Recursos Próprios do Programa TST-Saúde;• Análise da Legalidade dos Atos Sujeitos a Registro no TCU;• Consultoria na Área de Gestão de Pessoal e Benefícios nas Situações Previstas no ATO.GP nº 436/2016;• Acompanhamento da Observância dos Limites de Despesa com Pessoal Estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); e• Atendimento a Diligências do Tribunal de Contas da União.
CAUGE	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação da Fidedignidade das Depreciações dos Bens Tangíveis e Amortizações dos Bens Intangíveis do TST;• Avaliação da Gestão dos Imóveis sob a Responsabilidade do TST;• Avaliação da Execução de Contrato Administrativo de Prestação de Serviços;• Avaliação Patrimonial – Almoxarifado de Bens Permanentes;• Avaliação de Conteúdos Estabelecidos para Governança, Gestão, Riscos e Controle de TIC – Ação Coordenada CNJ; e• Consultoria na Área de Gestão Administrativa nas Situações Previstas no ATO.GP nº 436/2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2019

Unidade	Atividade a ser Desenvolvida
SEAUD	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria de Gestão do Processo de Contas Anual;• Auditoria na Gestão da Funpresp-Jud;• Auditoria na Transparência das Informações Disponibilizadas pelo Tribunal;• Elaboração dos Planos de Auditoria;• Elaboração do Relatório Anual de Atividades; e• Apoio Técnico-Administrativo à Unidade de Auditoria.
CAUPE	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria nos Recolhimentos Previdenciários;• Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Verificação das Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão;• Auditoria na Governança da Gestão de Pessoal• Auditoria na Contabilização dos Recursos Próprios do Programa TST-Saúde;• Análise da Legalidade dos Atos Sujeitos a Registro no TCU;• Consultoria na Área de Gestão de Pessoal e Benefícios nas Situações Previstas no ATO.GP nº 436/2016;• Acompanhamento da Observância dos Limites de Despesa com Pessoal Estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); e• Atendimento a Diligências do Tribunal de Contas da União.
CAUGE	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação da Regularidade das Inscrições e da Gestão dos Restos a Pagar;• Avaliação dos Passivos Assumidos sem Prévia Previsão Orçamentária;• Avaliação da Execução de Contratos Administrativos de Aquisições de Bens;• Avaliação Patrimonial – Almoxarifado de Bens de Consumo;• Avaliação dos Entregáveis Determinados pela Resolução CNJ nº 211/2015, em Relação ao Grupo 3 – Da Infraestrutura Tecnológica;• Consultoria na Área de Gestão Administrativa nas Situações Previstas no ATO.GP nº 436/2016; e• Ações Coordenadas de Auditoria CNJ - Avaliação Contábil, Financeira, Orçamentária, Patrimonial e Operacional; e Avaliação da Gestão Documental.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

EXERCÍCIO 2020

Unidade	Atividade a ser Desenvolvida
SEAUD	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria de Gestão do Processo de Contas Anual;• Monitoramento das Recomendações Expedidas;• Elaboração dos Planos de Auditoria;• Elaboração do Relatório Anual de Atividades; e• Apoio Técnico-Administrativo à Unidade de Auditoria.
CAUPE	<ul style="list-style-type: none">• Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Consignações• Auditoria da Folha de Pagamento do TST – Execução das Despesas;• Auditoria na Gestão da Funpresp-Jud;• Auditoria na Contabilização dos Recursos Próprios do Programa TST-Saúde;• Análise da Legalidade dos Atos Sujeitos a Registro no TCU;• Consultoria na Área de Gestão de Pessoal e Benefícios nas Situações Previstas no ATO.GP nº 436/2016;• Acompanhamento da Observância dos Limites de Despesa com Pessoal Estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000 (LRF); e• Atendimento a Diligências do Tribunal de Contas da União.
CAUGE	<ul style="list-style-type: none">• Avaliação das Contas do Passivo (Natureza Credora);• Avaliação dos Controles Internos referentes ao Planejamento das Contratações de Prestações de Serviços Terceirizados;• Avaliação da Política de Acessibilidade (Ação Coordenada de Auditoria Aprovada pelo Plenário do CNJ);• Avaliação da Gestão de Concessão e Prestação de Contas de Suprimentos de Fundos;• Avaliação dos Entregáveis determinados pela Resolução CNJ 211/2015, em relação ao Grupo 4 – Do Quadro Permanente de Servidores e da Elaboração de Política de Gestão de Pessoas de TIC;• Avaliação dos Processos de Produção de <i>Softwares</i> no TST• Consultoria na Área de Gestão Administrativa nas Situações Previstas no ATO.GP nº 436/2016.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Aprovada revisão pelo ATO.SEAUD.GP Nº 479, de 9/12/2020, Anexo I, publicado no Boletim Interno nº 49, de 11/12/2020.

EXERCÍCIO 2021

Nº	Área ou Tema Auditável	Objetivo
1	Transparência da Prestação de Contas de Forma Contínua	Avaliar o cumprimento da obrigação de prestar contas e a regularidade da gestão do TST no exercício de 2021, contemplando as informações dispostas no inciso I do art. 8º da IN TCU 84/2020, no relatório de gestão e nos demais aspectos definidos pelo TCU em Decisão Normativa.
2	Prestação de Contas Anual	Certificar a regularidade das contas expressando opinião sobre: a) se os demonstrativos contábeis refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial, financeira e orçamentária do TST em 31/12/2021, incluindo no contexto o CSJT e a ENAMAT, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável; e b) a conformidade das transações subjacentes relativas ao exercício de 2021.
3	Gestão da Funpresp-Jud	Realizar, em conjunto com auditores indicados pelos demais órgãos patrocinadores, a fiscalização sistemática das atividades da Funpresp-Jud.
4	Contabilização dos Recursos Próprios do Programa de Assistência à Saúde – TST –Saúde	Analisar os procedimentos de elaboração das demonstrações contábeis e financeiras do fundo TST-Saúde, verificando a efetividade de sua contabilização, de forma que estejam em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade e a boa prática contábil.
5	Consignações na Folha de Pagamento do TST	Avaliar as consignações realizadas na folha de pagamento de pessoal do Tribunal quanto à observância da legislação e dos regulamentos vigentes.
6	Verificação das Variações no Subsídio, Vencimento, GAJ, Provento e Pensão na Folha de Pagamento do TST	Verificar a consistência do padrão remuneratório validado em procedimento de auditoria anterior, bem como certificar que as alterações ocorridas foram regularmente incorporadas, em obediência ao que determina a legislação pertinente.
7	Concessão e Pagamento de Férias na Folha de Pagamento do TST	Avaliar os aspectos legais da concessão e os pagamentos efetuados a título de férias quanto à observância da legislação e dos regulamentos vigentes.
8	Atos de Pessoal Sujeitos a Registro no TCU	Analisar a legalidade dos atos de admissão, aposentadoria e pensão a serem encaminhados ao TCU, nos termos das normas pertinentes.
9	Acompanhamento do Relatório de Gestão Fiscal – RGF, estabelecido pela Lei Complementar nº 101/2000	Verificar a conformidade do RGF, o cumprimento do prazo legal de sua publicidade e o seu devido encaminhamento aos órgãos pertinentes, nos termos dos normativos que regulam a matéria.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

Nº	Área ou Tema Auditável	Objetivo
10	Diligências do Tribunal de Contas da União – TCU	Atender às diligências oriundas do TCU relativas a atos de pessoal sujeitos a registro e de gestão administrativa ou a dados para subsidiar auditorias em curso no próprio TCU, quando o órgão auditado for o TST. Avaliar, ainda, os indícios de folha de pagamento com os esclarecimentos prestados pela área gestora a serem enviados ao TCU por meio do Sistema e-Pessoal.
11	Gestão dos Bens Intangíveis do Patrimônio do TST	Analisar os critérios de avaliação e os registros contábeis dos <i>softwares</i> adquiridos ou desenvolvidos pelo Tribunal e verificar se os procedimentos de amortização são realizados em consonância com os normativos inerentes ao tema.
12	Política de Acessibilidade – Ação Coordenada de Auditoria CNJ	Avaliar o grau de acessibilidade no âmbito do TST e os resultados alcançados pelo Programa “TST Inclusão”.
13	Plano Anual de Contratações	Realizar a análise da observância das diretrizes do Plano Anual de Contratações do TST – PLACON.
14	Alterações dos Contratos de Mão de Obra Residente	Aferir a adequabilidade das alterações promovidas nos contratos celebrados pelo TST com as normas e a jurisprudência que tratam do tema.
15	Pagamentos de Aquisições e Contratos	Verificar a conformidade legal e o cumprimento das etapas que integram o processo de pagamento, bem assim o atendimento das obrigações contratuais.
16	Contingenciamento de Provisões de Encargos Trabalhistas	Avaliar a eficiência operacional da gestão do contingenciamento dos contratos de mão de obra terceirizada, bem como a exatidão dos cálculos de retenção e de liberação dos respectivos valores.
17	Gestão de Continuidade de Negócio de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC	Avaliar o alinhamento entre o Gerenciamento da Continuidade de Serviços de TIC e a Gestão da Continuidade de Negócio do TST.
18	Planejamento Estratégico de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC	Avaliar o processo de elaboração e a execução dos planos estratégicos, táticos e operacionais que suportam a governança e a gestão de TIC do TST (PETIC 2015-2020 e PDTIC correspondentes).
19	Aquisições e Contratações de Soluções de Tecnologia de Informação e Comunicação – TIC	Avaliar a aderência das aquisições e das contratações de Soluções de TIC com os normativos pertinentes ao assunto.
20	Consultoria Demandada pela Administração do TST	Prestar aconselhamento, orientação, treinamento e capacitação em relação a temas da gestão pública afetos ao TST, nos termos do Ato SEAUD.GP nº 317/2020.